

Não devemos recuar de ir às ruas dia 7 de setembro



Por **VALERIO ARCARY***

A ilusão “quietista” de que é possível vencer sem correr riscos é um erro

“Lembre-se de cavar o poço bem, antes de sentir sede” (Sabedoria popular mediterrânea).

“Três coisas te serão boas em pequenas doses e nocivas em grandes: o fermento, o sal e a hesitação”
(Sabedoria popular judaica).

Quem joga parado não pode vencer. Dizem os especialistas que, ao lado de Pelé, Coutinho era um “gênio” dentro da grande área: dominava a grande arte de “jogar parado”, e podia decidir o jogo com um drible de corpo, abrindo um espaço para o chute. Mas o futebol mudou. O jogo é muito mais atlético, rápido, intenso, cerebral, e a ocupação de espaços depende de um movimento coletivo com maior complexidade tática. O tempo em que um jogo podia ser decidido com um lance decisivo, com poucos toques na bola, apostando tudo no erro do adversário, ficou para trás.

O mesmo vale para a luta política. A ilusão “quietista” de que é possível vencer sem correr riscos é um erro. A ideia de que podemos esperar as eleições de 2022 para medir forças com o bolsonarismo é uma ilusão quietista. O tempo não corre sempre, necessariamente, a nosso favor. Amanhã pode ser pior. Bolsonaro não é Fernando Henrique, e 2022 não será 2002, será tumultuado.

Ficar “quieto”, e renunciar antes da hora à luta pelo impeachment é um erro grave. Temos até dezembro para tentar pressionar pelo Fora Bolsonaro. Teremos que correr riscos. Parece difícil, mas não é impossível. O próximo dia 7 de setembro, por exemplo, coloca a esquerda diante de um dilema.

Um dilema é uma escolha difícil, entre o ruim e o muito ruim, porque as duas hipóteses são complicadas. Bolsonaro convoca atos em São Paulo e Brasília, mas a campanha Fora Bolsonaro já tinha definido esta data como dia nacional de mobilização. Entretanto, Doria decide proibir o ato em São Paulo e indica o dia 12 de setembro, sabendo muito bem que o MBL, uma corrente da oposição de direita, marcou para esse dia, na Paulista o seu protesto.

As duas frentes, a Brasil Popular e a Povo sem Medo, junto com a Coalizão Negra por Direitos, decidiram manter a ida às ruas para o dia 7 de setembro em São Paulo e Brasília, mas mudando o lugar de concentração. Em São Paulo, para o Anhangabaú. Se recuarmos, mesmo mantendo no resto do país a convocação, deixamos o bolsonarismo com o protagonismo nas ruas sem disputa nas duas capitais. Esse recuo não é impossível, mas não é indolor. Devemos fazer um cálculo sereno, mas firme.

Bolsonaro não é um cadáver insepulto, não vai cair de maduro, não vai pedir renúncia, terá que ser derrotado. É verdade que o governo de extrema-direita sofre uma dinâmica de enfraquecimento ininterrupta, ainda que lenta. O cálculo de que esta dinâmica vai se manter, indefinidamente, até às eleições de 2022 é uma forma de pensamento mágico.

Ninguém pode prever o desenlace da luta pelo poder com este grau de antecedência. A ideia de que Bolsonaro é o inimigo eleitoral “ideal” em 2022 já era errada em 2018. Quem está na presidência é um candidato muito perigoso. É capaz de tudo. Somos vítimas de “pensamento mágico” quando acreditamos que nossos desejos são mais fortes do que tudo. É uma ilusão de onipotência, uma relíquia “infantil”.

No intervalo dos últimos trinta dias, desde o 24 de julho, a última jornada nacional de mobilizações de rua, Bolsonaro mergulhou numa frenética agitação e abriu uma crise institucional: lançou uma campanha pela aprovação do voto

impresso; insultou de filho da puta o presidente do TSE, ministro Barroso; posou para fotos diante de uma marcha militar de tanques em frente ao Palácio; organizou motocicletas pelos país afora; apresentou um pedido de impeachment contra o juiz Alexandre de Moraes do STF; e, finalmente, depois de agitação de oficiais das Polícias Militares, convocou às ruas a sua base social de apoio para o 7 de setembro. Tem que ser detido. A jornada de 7 de setembro é, portanto, o nosso desafio. Não o fazer seria um erro. Não será irreparável, mas ainda assim, um erro.

O erro tático não pode deixar de ser, seriamente, considerado. Uma oportunidade perdida pode só se recolocar muito tempo depois. A maior força de impulso para que a esquerda movimente, outra vez, centenas de milhares de pessoas nas ruas, senão mais, são as provocações ininterruptas de Bolsonaro.

Bolsonaro vem errando, sistematicamente, e devemos aproveitar a brecha aberta. A inflação dos alimentos, o perigo de apagão elétrico, a lentidão da vacinação e o avanço do contágio da cepa Delta, o desemprego que não diminui e as revelações da CPI do Senado, as barbaridades do ministro da Educação e a estupidez do presidente da Fundação Palmares, a impunidade de Pazzuelo. Bolsonaro subestima a crise econômica e social. Acredita ser possível se manter no poder e caminhar “livre, leve e solto” para 2022 apoiado na blindagem do Centrão. Bolsonaro erra, a esquerda não pode errar.

Todas as grandes mobilizações populares na história abriram as portas para o deslocamento do governo de plantão explorando esses erros. Claro que há perigos, mas não devemos temer a elevação da temperatura das tensões sociais. A aposta de Bolsonaro no incêndio da fúria política de sua base social envolve, também, muitos riscos e pode fracassar.

Há limites para obtusidade política. A revolução francesa de 1789 começou porque os Bourbons não aceitaram recuar da imposição do aumento de impostos na reunião dos Estados Gerais e abrir uma passagem para uma monarquia constitucional mais cedo. O Czarismo precipitou a revolução de fevereiro de 1917 porque não rompeu com Londres e Paris para aceitar uma paz em separado com Berlim. A República de Weimar ruiu diante do nazismo porque recusou a aceleração de reformas sociais que garantissem trabalho para todos.. Ensimesmadas na ilusão da perpetuação de seu domínio, pela soberba que o controle do Estado alimenta, as classes proprietárias desprezam os repetidos sinais de alertas que revelam que o amanhã não poderá ser como o ontem. Existem limites.

Quando um governo exige sacrifícios das massas para além do que elas consideram razoável, se expõe em máxima vulnerabilidade. Quando as massas não confiam mais que as suas vidas poderão melhorar, ou ainda, quando se convencem de que não deixarão de continuar piorando, as diferentes percepções do tempo do que seria possível se distanciam.

Que um governo despreze os sinais de insatisfação popular é uma conclusão banal. Bolsonaro ainda trabalha com a hipótese de que a recuperação econômica virá antes de outubro de 2022. Não é o mais provável. Mas o erro, irrelevante em circunstâncias normais, só ocupa um lugar central, irreversível e decisivo quando as margens de manobra do governo para absorção das pressões no interior das instituições do regime se reduz, e a esfera das ruas passa a prevalecer. Não há imunidade ao erro. Logo, uma menor margem de erros políticos a favor do governo ou da oposição de esquerda pode decidir o sentido da luta.

Uma chance histórica pode se perder. É difícil saber hoje as consequências do próximo dia 7 de setembro. Mas as chantagens golpistas de Bolsonaro são indivisíveis do reposicionamento que busca para as eleições. Se conseguir sobreviver e chegar ao segundo turno tudo é possível. As pesquisas eleitorais de agora não podem ser nossa bússola. O perigo de uma reeleição é a ameaça de uma derrota histórica.

Se ocorrer, serão necessários muitos anos, outro período histórico para que uma nova oportunidade se abra outra vez. O que significa que a crise se manifesta nesta urgência de futuro. O erro consiste em uma cegueira diante de uma correlação de forças sociais que se altera, porque se hesita e se adia um confronto que era inadiável.

Há indecisão em nossas bases sociais. As massas não são inocentes, mas não são as classes populares que erram: são as suas lideranças. Entre as classes e suas direções existe uma relação sutil, mas contraditória. As ideias dos partidos só se transformam em força material, quando penetram, como se diz, nos “corações e mentes” ou “músculos e nervos” da multidão. Ou seja, os partidos de esquerda precisam manter relações de diálogo com o humor das classes nas quais se apoiam, ou estão condenadas à marginalidade.

Mas, paradoxalmente, se sucumbem à quase sempre volúvel pressão dos estados de espírito das massas, porque são instáveis, deixam de ser úteis. As massas aplaudem as organizações que reafirmam as conclusões às quais já chegaram, mas esperam de seus líderes que vejam adiante, indiquem um caminho que elas intuem, mas duvidam.

Nas classes populares, a perspectiva do poder se revela historicamente um processo, extraordinariamente, difícil de construir. Em situações de estabilidade, ou seja de defensiva, as massas combatem sempre em um terreno de resistência. Não o fazem com um plano pré-elaborado de um modelo que querem construir, mas a partir da necessidade de derrubar o governo que odeiam.

Mas não podem fazer o caminho sozinhas. Precisam de um ponto de apoio para superar todas as inseguranças que guardam no seu interior: porque chegam às conclusões políticas em ritmos distintos, e podem se lançar ao combate decisivo tanto cedo demais, como tarde demais.

A rigor, existe, portanto, em alguma medida, um deslocamento, um desencontro, entre as classes e as suas representações que revela e, ao mesmo tempo, oculta uma vontade e um conflito. Este desajuste define a relativa autonomia da política.

A energia da mobilização popular pode se dissipar, se não encontra instrumentos políticos que a expresse. Às ruas dia 7 de setembro.

***Valerio Arcary** é professor aposentado do IFSP. Autor, entre outros livros, de [O encontro da revolução com a história](#) (Xamã).